



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	-7 JAN 1980
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

Renovada esperança

por João Camossa

Findo o triste período dos Governos Constitucionais inúteis, que por descabida fé em revelações de bruxas e feiticeiros foi prolongado por mais de um ano, o Senhor Sá Carneiro iniciou, auspiciosamente, o Novo Ano contribuindo para a recuperação do necessário (não excessivo, mas autêntico) prestígio da autoridade do Governo, como das melhores peças oratórias de que me posso lembrar numa vida biológica de mais de meio século que conserva memórias políticas de mais de quarenta anos.

A crise de prestígio da autoridade é, obviamente, universal, mas assume carácter de especial intensidade em numerosos povos que hoje vivem nos territórios do velhíssimo mundo histórico em que coexistiram os Impérios da Urbe Romana, do Povo Persa, dos descendentes de Salomão e da Rainha do Sabá.

Em várias partes do subcontinente indiano, no Afeganistão, no Irão, na Turquia, no Líbano, na Grécia, na Itália, na Espanha, na Irlanda, em Portugal, no Magrebe, na Eritreia e na Etiópia estabeleceram-se, estavelmente, diversas modalidades de instabilidade política e social permanente, cujo carácter comum é o desprestígio da autoridade.

Evidentemente, na Pérsia e na Itália esse desprestígio traduz-se em consequências sangrentas, enquanto em Portugal e no Magrebe apenas dele resultam interrogações populares, ambiguidades governativas, suspeitas generalizadas entre os governados, contradições dos governantes, desprezo das pessoas comuns pelos governos, e aparente má consciência dos governos perante as pessoas comuns.

Sem dúvida, em grande parte, o actual desprestígio dos governantes e das funções executivas do «Poder» corresponde a uma reacção previsível aos excessos de autoridade que caracterizaram a época dominado por Staline, por Hitler, por Mussolini, por Salazar, por Antonescu, e por outros semelhantes, todos piores que Horthy e Franco (que eram péssimos).

Enquanto, porém, Stalin tinha um projecto que, até certo ponto, realizou, Hitler e Mussolini tinham projectos que, talvez por serem irrealizáveis, não realizaram mas que as pessoas (favoráveis ou desfavoráveis) entenderam; Antonescu teve de se subordinar ao projecto de Hitler, renunciando ao seu próprio, o que todos compreenderam; Horthy teve de se sujeitar às limitações impostas pela geopolítica às possibilidades húngaras (de que Emérico Nagy se não apercebeu em 1957), muito mais desfavoráveis do que as que permitiram em Espanha a viabilidade relativa do projecto de Franco, ora em via de realização: Salazar nunca teve projecto, nem (ao menos) intenção, para além de valdosa e, talvez, interesseiramente se sustentar no poder, e exercer ilimitada autoridade indiscutida.

Por isso, neste aspecto negativo, o Senhor Alves Caetano ainda excedeu Salazar, uma das condições indispensáveis de intervenção na política prática, e na administração, nos tempos de qualquer deles, era o interveniente não ter qualquer projecto (ou renunciar ao que, porventura, tivesse tido) a não ser que preferisse passar à oposição. (e renunciar a intervir nas decisões executivas).

Assim, os procedimentos habituais da generalidade dos

responsáveis políticos dos tempos que passaram, e, infelizmente, de muitos dos que, depois do 25 de Abril, lhes sucederam, e adoptaram semelhantes procedimentos (chegando a não se perceber os que, antes, eram «da oposição», se o eram) foram destruindo a confiança dos Portugueses nos governantes, e fizeram a quase todos o efectivo mérito da autoridade que, dentro da justa medida, longe de prejudicar a liberdade, é condição essencial da realização da mesma liberdade.

A consequência é ter crise de prestígio da autoridade, em Portugal, ainda que não assumisse carácter sangrento, assumido o gravíssimo desprezo manifesto pelos governantes e pelas decisões deles, muito mais acentuado que na maioria dos países referidos.

Sem autoridade a liberdade está em perigo, o serviço público dissolve-se (esgotam-se em ingloria persistência ineficaz as dedicações dos que insistem em servir o Povo), a educação das novas gerações é prejudicada, perde-se o sentido da segurança, e as próprias realizações materiais são impossibilitadas.

E é esta, já há muito, a situação de Portugal, o que é muito mais grave do que desagradável conjunção de factores económicos negativos, e a carência de informação que dificulta a elaboração de projectos, condições estas que, aliás, em parte são derivadas, também, do desprestígio da autoridade.

A recuperação do prestígio da autoridade, porém, exige, antes de mais, a legitimidade (ao menos relativa), a moderação no seu exercício (que há-de manter-se estritamente dentro dos limites da legalidade e da moralidade), e a

existência de objectivo que se não esgote pela simples permanência dos governantes no exercício da autoridade.

A relativa legitimidade do VI Governo Constitucional, emergente do resultado eleitoral de 2 de Dezembro (e da confirmação que teve em 16), e a existência de objectivo demonstrado pelo Senhor Carneiro em 3 do corrente, consentem a esperança de que o exercício da autoridade se qualifique pela conveniente moderação que o próprio modo de coligação da Aliança Democrática favoreceu, apesar de algumas aparentes infelicidades na formação do Governo, e na articulação dos grupos parlamentares aliados.

É de esperar, por tudo isto, que a tentativa de atropelo autoritário do IV Governo Constitucional, pretendendo impor uma Lei Orçamental já rejeitada, e que a acção pretensamente autoritária (mas efectivamente, apenas, ditatorial e antidemocrática) do V Governo, ao agravar as obrigações fiscais, por Decretos-Leis, sem consultas dos representantes do Povo, com a Assembleia da República dissolvida, fiquem como casos exemplares, isolados na História de Portugal, de duas ilicitudes governativas, inadmissíveis, e desprestigiadas da autêntica autoridade.

E que também sem novo exemplo, isolado na História de Portugal, o protelamento infundo duma dissolução da Assembleia da República que há muito os factos impunham, fundado em conjunturas, locubrações (e bruxarias?), que os resultados da consulta popular, com o atraso de catorze meses, veio desmentir. Todas!